

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 40 – A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889 implantando a forma de república presidencialista, encerrando a monarquia constitucional parlamentarista do Império, destituindo e exilando o Imperador D. Pedro II e sua família.



A proclamação ocorreu na Praça da Aclamação (atual Praça da República) no Rio de Janeiro, capital do Império quando um grupo de militares liderados pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca destituiu o imperador e assumiu o poder no país, instalando um governo provisório republicano.

RHM C-144 - Proclamação da República

A partir de 1870, como consequência da Guerra do Paraguai a ideia de alguns setores da elite de alterar o regime político vigente tornou-se mais forte.

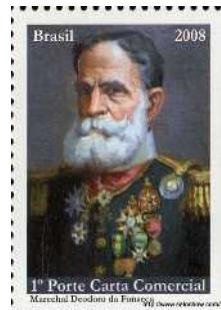
O imperador D. Pedro II não tinha filhos, apenas filhas. O trono seria ocupado após a sua morte por sua filha mais velha, a princesa Isabel, casada com o francês Gastão de Orléans, Conde d'Eu, surgindo o receio de que o país fosse governado por um estrangeiro. Outros fatores contribuíram para a instalação da República:

O Império perdeu o apoio de suas bases econômicas, militares e sociais; pela perda do apoio político dos grandes fazendeiros em virtude da abolição da escravatura sem a indenização dos proprietários de escravos.

Os progressistas criticavam que a monarquia mantivera, até muito tarde a escravidão no país. Os progressistas criticavam a ausência de iniciativas para o desenvolvimento econômico, político ou social, a manutenção de um regime político de castas e o voto censitário (baseado na renda anual das pessoas), a ausência de um sistema de ensino universal, os altos índices de analfabetismo e de miséria e o afastamento político do Brasil em relação aos demais países do continente, que eram republicanos.

Com a Lei Áurea, deixando de indenizar os proprietários rurais, o império perdeu o seu último pilar de sustentação. Chamados de "republicanos de última hora" ou Republicanos do 13 de Maio, os ex-proprietários de escravos aderiram à causa republicana.

Os militares estavam descontentes com a proibição pela qual os oficiais não podiam manifestar-se na imprensa sem prévia autorização do Ministro da Guerra. Também não tinham autonomia de decisão sobre a defesa do território, estando sujeitos às ordens do imperador e do Gabinete de Ministros, formado por civis. Assim, no império, a maioria dos ministros da guerra eram civis. Além disso, vários grupos foram fortemente influenciados pela maçonaria (Deodoro da Fonseca e todo seu ministério era maçom) e pelo positivismo de Auguste Comte, especialmente, após 1881, quando surgiu a Igreja Positivista do Brasil. Seus diretores iniciaram uma forte campanha abolicionista e republicana.



RHM C-2737 - Marechal Deodoro da Fonseca



RHM B-83 - Centenário da Proclamação da República

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 41 – A REPÚBLICA DA ESPADA

Período inicial da Primeira República brasileira e caracterizado por dois governos militares: o do Marechal Deodoro da Fonseca e o do Marechal Floriano Peixoto. Esse período estendeu-se de 1889 com a Proclamação da República, até 1894 quando Prudente de Moraes assumiu a presidência do Brasil.

O marechal Deodoro da Fonseca foi escolhido para ser o presidente do Brasil em caráter provisório. O governo de Deodoro da Fonseca estendeu-se durante dois anos, de 1889 a 1891, tendo como principal acontecimento a promulgação da Constituição de 1891, revisada por Rui Barbosa e levada para apreciação dos parlamentares brasileiros, sendo promulgada em fevereiro de 1891.

Após a promulgação da Constituição de 1891, foram realizadas eleições indiretas, que determinaram a confirmação de Deodoro da Fonseca para o cargo de presidente. Seu governo foi marcado pelo seu autoritarismo e pelas tentativas de procurar reforçar o seu poder, culminando com o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891. A reação foi imediata, e grupos da oposição mais um levante da Marinha (conhecido como Primeira Revolta da Armada) forçaram Deodoro a renunciar ao cargo de presidente em 23 de novembro de 1891.

A oligarquia paulista deu suporte para Floriano Peixoto e sustentou-o no poder, permitindo-o assumir como presidente do Brasil. O governo de Floriano foi marcado por disputas políticas intensas, tendo que lidar com dois conflitos: a Revolução Federalista e a Revolta da Armada (ou Segunda Revolta da Armada).

Houve ainda uma grave crise econômica conhecida como Encilhamento e que se iniciou ainda durante o governo de Deodoro da Fonseca, em 1891.

O Encilhamento foi resultado da política econômica colocada em prática pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que permitiu a emissão de papel-moeda por bancos privados facilitando as condições de acesso ao crédito. O resultado foi desastroso: a especulação financeira aumentou, empresas foram à falência em massa, o custo de vida aumentou e a moeda desvalorizou-se.

O Encilhamento afetou a economia do Brasil durante grande parte da década de 1890 e teve seus efeitos amenizados somente a partir de 1897, durante o governo de Prudente de Moraes.

Primeiro Presidente do Brasil



RHM 140 - Deodoro da Fonseca

Primeiro Vice-Presidente do Brasil
e Segundo Presidente do Brasil



RHM 141 - Floriano Peixoto

Ministro da Fazenda nos
dois governos



RHM 502 - Rui Barbosa

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 42 – PRUDENTE DE MORAIS

Prudente José de Moraes Barros (1841-1902), advogado e político brasileiro. Foi presidente do estado de São Paulo, senador, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e terceiro presidente do Brasil, tendo sido o primeiro civil a assumir o cargo e primeiro por eleição direta, governando o país de 1894 a 1898.

Prudente representava a ascensão da oligarquia cafeicultora e dos políticos civis ao poder nacional, após um período de domínio do poder executivo por parte dos militares.

O governo de Prudente de Moraes foi agitado, tanto por problemas político-partidários como pela oposição dos setores florianistas e pela continuação, no Rio Grande do Sul, da Revolta Federalista (1893-1895), que pacificou com acordo de anistia com os rebeldes.

Restabeleceu as relações entre Portugal e o Brasil, rompidas por Floriano durante a Revolta da Armada, e assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão, em novembro de 1895 com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes japoneses.

Enfrentou os ingleses, que em julho de 1895 tomaram posse da Ilha da Trindade, sob o pretexto de ali instalar uma estação telegráfica. A França invadiu o Amapá a partir de Guiana Francesa, atacando e incendiando alguns povoados próximos à fronteira. Prudente de Moraes optou pelo arbitramento internacional, de Portugal no caso da Ilha da Trindade, e da Suíça no caso do Amapá, resolvidas favoravelmente ao Brasil.

Enfrentou a revolta da Escola Militar fazendo valer a sua autoridade: fechou a escola e o clube militar. Mas pouco tempo depois enfrentaria um movimento rebelde ainda maior: a Guerra de Canudos, no sertão baiano.

Com a vitória dos amotinados de Antônio Conselheiro sobre várias expedições militares, a situação voltou a deteriorar-se. Prudente nomeou ministro da Guerra o general Carlos Machado de Bittencourt, que liderou nova expedição e derrotou os rebeldes.

Em 5 de novembro de 1897 durante uma cerimônia militar recebendo dois batalhões do Exército que retornavam de Canudos no Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional), sofreu um atentado contra sua vida escapando ileso, mas seu ministro da Guerra, Marechal Bittencourt faleceu defendendo a vida de Prudente.

No final do mandato Prudente de Moraes retirou-se para Piracicaba, voltando a exercer a advocacia, até sua morte em dezembro de 1902 por tuberculose.



RHM 142 Prudente de Moraes



C-174 - Centenário de Nascimento de Prudente de Moraes



RHM C-1764 - 150 anos de Nascimento de Prudente de Moraes

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 43 – A GUERRA DOS CANUDOS

Conflito armado entre o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição de Canudos e a morte da maior parte de seus 25 000 habitantes.

A região, caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos, ex-escravos e miseráveis partiram para Canudos, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes do sertão.

Antônio Vicente Mendes Maciel, apelidado de "Antônio Conselheiro", nasceu em Quixeramobim, no Ceará, em 1830, em família tradicional. Foi comerciante, professor e advogado prático nos sertões de Ipu e Sobral. Após a sua esposa tê-lo abandonado passou a vagar pelos sertões em uma andança de vinte e cinco anos. Chegou a Canudos em 1893, tornando-se líder do arraial e atraindo milhares de pessoas. Acreditava que a República, recém-implantada no país, era a materialização do reino do Anti-Cristo na Terra: havia profanado a autoridade da Igreja Católica, cobrado impostos e legitimado o casamento civil, além da separação entre Estado e Igreja.

Em outubro de 1896 Antônio Conselheiro havia encomendado uma remessa de madeira de Juazeiro para a construção da igreja nova, mas a madeira não foi entregue, apesar de ter sido paga e surgem rumores de que ele iria resgatá-la com seus jagunços. Um destacamento policial faz a proteção de Juazeiro, e quando se dirige a Canudos é atacado, sendo este o estopim da guerra.

O Exército faz mais três expedições para derrubar Canudos, sob pressão dos republicanos, que acreditavam que Antonio Conselheiro era monarquista, e da Igreja, que tentara fazê-lo desistir de Canudos e não havia conseguido.

A segunda e a terceira expedições foram desastrosas para o Exército, que teve que bater em retirada com muitas baixas, apesar do armamento pesado.

Em abril de 1897, no Rio de Janeiro a repercussão da derrota da terceira expedição foi enorme, principalmente porque se atribuía ao Conselheiro a intenção de restaurar a monarquia. Em abril de 1897, o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt preparou uma expedição com duas colunas com mais de quatro mil soldados cada e modernas armas de artilharia.

O arraial resistiu até 5 de outubro de 1897, quando morreram os quatro derradeiros defensores. Antônio Conselheiro havia morrido pouco antes, provavelmente de disenteria. O conflito de Canudos mobilizou aproximadamente doze mil soldados oriundos de dezessete estados brasileiros, distribuídos em quatro expedições militares. Em 1897, na quarta incursão, os militares incendiaram o arraial, mataram grande parte da população e degolaram centenas de prisioneiros. Estima-se que morreram ao todo por volta de 25 mil pessoas, culminando com a destruição total da povoação.



RHM C-2045 - Centenário do fim da Guerra dos Canudos



RHM 520 - Euclides da Cunha

Jornalista a convite do jornal "O Estado de São Paulo" que fez a cobertura da Guerra no Arraial de Canudos. O relato jornalístico foi publicado no livro "Os Sertões".



QRCode direcionando para o livro "Os Sertões" em arquivo pdf.